



ACTA N° 4/2008

DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2008
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 28 DE ABRIL DE 2008

-----No dia 28 de Abril de 2008, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Abril, convocada ao abrigo do n° 1 do Art. 49° da Lei n° 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei n° 5-A/2002 de 11/1, das alíneas a), q), u) e v) do n° 2 do Art. 19°, do n° 1, n° 3 e n° 7 do Art. 23°, do n° 3 do Art. 26° e n° 2 do Art. 29°, todos do respectivo Regimento da Assembleia Municipal, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- **PONTO 1** - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão – ano 2007;*
- **PONTO 2** - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;*
- **PONTO 3** - *Apreciação e votação do Processo n° 1/SPM/08 – Desafecção, Afecção e Desanexação de Parcelas de Terreno sitas na Meia Praia – UOPG2 – Alteração ao Alvará de Loteamento n° 19/88 – Rectificação.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 55 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de S. Sebastião)



Fl. 27v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Aurora Inácio Leal Alexandre
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
IND	José Mariano Monteiro de Jesus

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA SESSÃO**, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PSD	Fernando Ramos Bernardo

-----**FALTOU A ESTA SESSÃO O DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
IND	Eduardo Morales Almeida Santana

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respectiva justificação, apreciada a mesma foi pela Mesa considerada justificada a falta dada à Sessão de hoje o Deputado da Assembleia Municipal a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL
IND	Eduardo Morales Almeida Santana



-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	Maria Joaquina Batista Quintans Matos - Vice-Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vereador
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	Saúl da Silva Baptista - Vereador

-----MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE FALTOU À SESSÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PSD	Brites Andreia Lourenço Duarte Ramos - Vereadora

-----ACTA DE REUNIÃO ANTERIOR: Dispensada a sua leitura, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos grupos municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foi pelo Plenário apreciada a seguinte acta:

-----Acta nº 9/2007 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2007 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 2 de Julho de 2007.-----

-----Não tendo havido qualquer intervenção sobre a referida Acta, foi a mesma colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Não participaram na votação, por se terem ausentado da sala, o Sr. António Correia (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João) e o Sr. João Bravo (PSD).-----

-----ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Após esta votação, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PSD	Fernando Ramos Bernardo	20.56

-----PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO: Interveio o Município Sr. João Mariano que, fazendo referência à sinalética colocada na EN 125 no sentido Odiáxere/Lagos, a seguir à rotunda de acesso à Via do Infante, disse que a mesma informa que Lagos tem praias, monumentos, marina e golfe, descrições com as quais não concorda de todo, uma vez que todos sabem que Lagos tem praias e monumentos, mas os “barcos que entram” em Lagos pela EN 125 ou Via do Infante não necessitam de saber que existe marina, uma vez que já o sabem e o golfe não é o único desporto que se pode praticar no concelho. Disse que cabia à Câmara Municipal transmitir esta situação aos responsáveis pela colocação desta sinalética.---

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

-----LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 79/08 a 165/08, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os



Fl. 28v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

números 30/08 a 96/08, inclusive.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** durante esta leitura, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira	21.12

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo da CDU: “Aprovou esta Assembleia, em 24 de Setembro de 2007, mais uma vez, por unanimidade, o pedido de inclusão no Orçamento de Estado para 2008, da construção da Variante Sul à EN 125 em Odiáxere. E mais uma vez o Governo e a Assembleia da República, com os votos contra do PS e PSD impediram a inclusão no Orçamento para 2008 desta obra que há longos anos tem vindo a ser reivindicada pelas populações e pelos eleitos locais da Freguesia de Odiáxere e do Município, e que consta do Plano Director Municipal desde 1994. Sobre esta situação aprovou, igualmente por unanimidade, a Assembleia Municipal de Lagos, em 3 de Dezembro de 2007 um voto de protesto enviado ao Governo e à Assembleia da República. Mais recentemente, foi apresentado, em 16 de Março, o Projecto de Requalificação da Estrada Nacional 125, e a Vila de Odiáxere e o Município de Lagos ficaram, mais uma vez, penalizados pela não inclusão da variante de Odiáxere no projecto apresentado pelo Governo. Os Eleitos da CDU na Assembleia Municipal propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos manifeste o seu mais veemente protesto junto do Governo, pela não inclusão da variante sul do Odiáxere à EN 125 nas obras de Requalificação desta Estrada Nacional, exigindo do Governo a sua construção.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o PS acha que é urgente a criação da variante à EN 125 em Odiáxere, mas a Moção apresentada pela CDU não espelha a realidade actual, uma vez que este assunto está a ter o devido desenvolvimento pelas entidades competentes, tendo sido anunciado, na apresentação da requalificação da EN 125, a variante de Odiáxere, sendo que a mesma está envolta em algumas situações delicadas, já que parte dessa variante apanha a Rede Natura, situação que faz com que esta variante não seja uma obra a executar num curto prazo. Referiu que todas os Grupos Municipais sabem dos passos que a Câmara está a dar no sentido da variante ser uma realidade no menor tempo possível, por isso o Grupo do PS não iria votar favoravelmente o documento. Afirmou que esta posição não quer dizer que o PS não considere urgente a construção da variante de Odiáxere à EN 125.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Deputado da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.15



-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD é a favor da variante de Odiáxere, mas não da que foi apresentada. Referiu que o Grupo do PSD tinha feito vários contactos e reuniões com entidades e pessoas que estão ligadas a este assunto, tendo mesmo trazido ao local o Deputado do PSD na Assembleia da República, tendo o Grupo Municipal do PSD apresentado uma outra solução para o traçado apresentado. Informou que o documento apresentado pela CDU, pelas lacunas referidas pelo anterior orador, por questões de natureza política e no seguimento das suas palavras, não colhia a aceitação do PSD.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a posição da CDU é esclarecedora e o que está escrito é a pura da verdade, estando a CDU a defender que seja construída uma variante, fazendo-se o estudo de impacto ambiental e todos os estudos necessários, para que seja feita a variante com urgência. Referiu que se esta variante não ficar contemplada na requalificação da EN 125, nem tão cedo será construída. Disse que se há outros órgãos do Município que estão a desenvolver diligências, este Órgão também tem obrigação de as fazer, sendo esse o contexto da apresentação do documento da CDU.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que ia votar favoravelmente este documento, contra a posição do Grupo do PS, uma vez que está na Assembleia Municipal para defender a população de Odiáxere e todas as mais valias, relativamente a esta luta, terão o seu voto favorável. Referiu ainda que idêntico documento foi aprovado na Assembleia de Freguesia de Odiáxere e dado conhecimento à Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) sugeriu ao Grupo da CDU que baixasse o documento apresentado à Comissão Permanente, devendo o mesmo ser complementado com o documento da Assembleia de Freguesia de Odiáxere.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que queria que ficasse bem claro que o PS é a favor da construção, urgente, da variante, assim como todos os Grupos Municipais, só que o objectivo que a Moção tem subjacente não é aquele no qual o PS se revê. Disse ainda que concordava com o proposto pelo Sr. Nuno Serafim.-----

O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a CDU não iria tirar o documento e se todos estavam a favor da construção urgente da variante, então deviam votar favoravelmente o documento, uma vez que é esse o objectivo do mesmo, sendo os pressupostos uma resenha histórica das decisões tomadas por vários Órgãos. Referiu que não tinha problemas em solidarizar-se com o documento aprovado pela Assembleia de Freguesia de Odiáxere.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que, independentemente do resultado da votação, o Grupo do PSD iria rever esta matéria em sede da Comissão Permanente e promover a revisão desta matéria no sentido de chegar a um texto que espelhe as vontades de todos os Grupos Municipais.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que depois da votação deste documento, vai sentir alguma tristeza, uma vez que a CDU não acatou a sugestão de baixar o documento à Comissão Permanente, pedindo que a Bancada da CDU reconsiderasse o apelo das Bancadas do PS e do



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

PSD.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a única coisa que pode levar a que esta Proposta não seja aprovada é a mesma ser apresentada pela CDU, uma vez que tudo o que está na Proposta tem sido alvo de consenso. Referiu que se a Proposta baixar à Comissão Permanente o assunto só volta ao Plenário daqui a dois meses. Reafirma que a proposta concreta é protestar contra o facto da variante não ter sido incluída na obra de requalificação da EN 125 e exigir a sua construção urgente.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a requalificação da EN 125, aprovada pelo Governo, não contempla situações que ainda não tenham estudo de impacto ambiental, situação aceite pelos Executivos do Algarve, apesar de sob protesto. Referiu que esta Proposta não contempla esta situação por si mencionada.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) esclareceu que o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse é uma opinião e este assunto tem sido empurrado por vários Governos. Acrescentou que a ideia desta Proposta é que o Governo insira na requalificação da EN 125 esta variante, para além do que está referido na parte final do documento.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	1	1	2	0	4
ABSTENÇÕES	1	5	0	1	7
VOTOS CONTRA	14	0	0	0	14

-----Assim a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU foi reprovada por maioria.-

-----Não participou nesta votação por não estar presente na sala o Sr. Fernando Bernardo (PSD).-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo da CDU: “O Poder Local Democrático, tal como foi concebido na Constituição e da forma como tem funcionado há mais de 30 anos, é uma das mais importantes, duradouras e consensuais realizações da democracia portuguesa. O modelo do Poder Local instituído, assente na eleição democrática, na representação proporcional e na participação plural das várias correntes políticas e de grupos de cidadãos nos órgãos autárquicos, tem contribuído decisivamente para a implantação e consolidação da democracia e para o desenvolvimento dos níveis de bem-estar e de qualidade de vida das comunidades locais. Assim, a não aprovação na Assembleia da República no passado dia 16 de Abril, do projecto de lei nº 431/X de alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, também é devida, em grande medida, à enorme contestação que a quase generalidade dos autarcas deste país moveu contra este projecto-lei. As razões que foram invocadas para alterar a lei eleitoral autárquica são reconhecidamente falsas. Não há instabilidade nem ingovernabilidade nos municípios quando se sabe que nestes 30 anos foram eleitos 2 755 executivos municipais e houve apenas necessidade de realizar eleições intercalares em 20, ou seja, em 0,7%, e em metade destes, os executivos que se



dissolveram tinham maiorias absolutas. O sistema proposto, para além de acabar pura e simplesmente com a eleição directa das câmaras municipais, visava instituir um sistema de governação unipessoal das autarquias e poderia gerar a mais completa instabilidade, caso as forças políticas mais votadas se mantivessem em minoria nos órgãos deliberativos. Se há fenómenos negativos que podem ser assacados ao poder local que temos, eles têm passado precisamente pela excessiva concentração de poderes que sucessivas alterações legislativas têm vindo a conferir aos presidentes de câmara e que em alguns casos, felizmente poucos, em nada contribuem para a dignificação do poder local. Este projecto continha ainda a ideia, inconcebível, de retirar aos presidentes das juntas de freguesia o direito de voto na apreciação dos planos e orçamentos municipais. Esta proposta, para além de absurda, era uma lamentável afronta aos titulares dos órgãos autárquicos que de forma mais próxima e directa respondem perante as populações. Assim os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõem: Que a Assembleia Municipal de Lagos se congratule pela não aprovação do projecto-lei nº 431/X de alteração à Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) relembrou o facto do PS ter votado contra uma Moção da CDU, em relação a esta matéria, apresentada numa anterior reunião da Assembleia Municipal, pelo que o PS não se congratula com a não aprovação da Lei referida no documento, apesar de não concordar com alguns dos pressupostos da Lei.-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	1	2	0	3
ABSTENÇÕES	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	16	6	0	0	22

-----Assim a Proposta apresentada pelo Grupo da CDU foi reprovada por maioria.-

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu a seguinte Moção de Congratulação apresentada pelo Grupo do PS: “O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lagos, congratulando-se pela ratificação parlamentar do histórico "Tratado de Lisboa", propõe que a Assembleia Municipal de Lagos aprove a seguinte moção. O Tratado de Lisboa é uma vitória da Europa e dos valores europeus, designadamente, a vinculação aos direitos humanos, a Paz e ao desenvolvimento, a valorização dos direitos sociais, a preocupação com a coesão, a ênfase na dimensão social da economia e o aprofundamento da democracia. O ponto essencial é que se trata de uma vitória da Europa e uma aproximação sem paralelo, em período de Paz, na sua História. Este tratado reforça as noções de cidadania europeia, melhora a arquitectura institucional e o processo de decisão no interior da União e valoriza o papel da Europa no mundo. É também um motivo de grande satisfação, quer para os Portugueses, quer para os Algarvios em especial, dada o grande cosmopolitismo desta Região, que tenha sido a nossa presidência da União a levar a bom porto este compromisso e que o novo Tratado da União leve o



Fl. 30v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

nome de Lisboa. Congratulamo-nos por a Carta dos Direitos Fundamentais passar a ter valor jurídico, idêntico aos tratados, significando, na prática, a fundação da cidadania europeia. E nesses direitos fundamentais incluem-se os direitos, liberdades e garantias individuais, e também, da maior relevância, os direitos sociais. A cidadania europeia funda-se naquilo que foi desde sempre a visão, por nós defendida, do modelo social europeu, constituindo uma das maiores conquistas do tratado. É com alegria que verificamos que o objectivo central da reforma vai reduzir a distancia entre as instituições europeias e os cidadãos europeus. O Tratado de Lisboa dá varias soluções a esta preocupação: aumenta o papel do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, consagra o direito de os cidadãos dirigirem a Comissão Europeia propostas de iniciativa legislativa e consagra o princípio da democracia participativa. A melhoria do processo de decisão, através do aumento do numero de matérias que são adoptadas por maioria qualificada e a mudança do método de cálculo desta maioria, a alteração na composição da Comissão, a criação do cargo de Presidente do Conselho Europeu com mandatos de dois anos e meio, entre outras, são medidas destinadas a tornar mais eficazes as instituições e as decisões da União. O terceiro grande sinal do Tratado de Lisboa é o fortalecimento da Europa como actor principal do mundo actual. A criação do cargo de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, a formação do Serviço Europeu para a Acção Externa e a cooperação estruturada em matéria de política de defesa, todos são instrumentos para que a Europa tenha maior capacidade de afirmação no quadro político mundial. O mundo tem necessidade da Europa e dos seus valores humanistas. Compete a Europa liderar debate e a acção nas questões que são determinantes para o nosso futuro global, como a promoção da liberdade, da segurança e da justiça, como o crescimento económico e do emprego e o progresso social, ou como o combate as alterações climáticas e a conservação do ambiente, passando pela defesa da solução pacifica dos conflitos, o multilateralismo, o sentido de negociação e compromisso pelo bem comum. Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Lagos congratula-se e saúda a ratificação parlamentar do Tratado de Lisboa pela Assembleia da Republica Portuguesa, em 23 de Abril de 2008.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que lamentava não ter recebido atempadamente o documento para poder discutir com mais argumentação o assunto, no entanto a argumentação da CDU sobre este assunto é conhecida. Referiu que não percebia o receio que houve em fazer um referendo sobre o Tratado, o que tinha dado a oportunidade de se fazerem debates sobre o mesmo. Disse que o PS tinha entregue dois documentos já durante o decorrer dos presentes trabalhos, situação com a qual não concorda.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a Comissão Permanente tinha chegado a um acordo de cavalheiros de que os documentos para o Período Antes da Ordem do Dia deviam chegar a tempo e horas aos Deputados Municipais, evitando-se a entrega de documentos durante o decorrer dos trabalhos, situação que está a ser verificada nesta reunião, pelo que o Grupo Municipal do PSD recusa-se a discutir os documentos entregues pelo PS.-----



-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que compreendia a posição dos Grupos da CDU e do PSD, apesar de reconhecer que houve um atraso na entrega dos documentos por parte do PS. Afirmou que este assunto tem que ser discutido na Comissão Permanente, sendo da opinião de que tem que haver um limite para entregar os documentos para apreciação no Período Antes da Ordem do Dia de cada Sessão Ordinária, sendo que todos os documentos entregues depois do prazo não serão admitidos.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que o PS nunca tinha quebrado o que estava, verbalmente, acordado, só que não foi possível, da parte do PS, fazer chegar, atempadamente, os seus documentos ao conhecimento dos Deputados Municipais. Referiu que os documentos apresentados podem ser lidos e se a pessoa concordar vota a favor, se não concordar vota contra. Disse que foi a primeira vez que isto sucedeu, por parte da Bancada do PS, por isso não concordava com a tomada de posição das Bancadas da CDU e do PSD.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) disse que tudo o que tenha a ver com o Tratado de Lisboa, é extenso, não é só ler o documento apresentado pelo PS e votá-lo.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) informou que a Assembleia Municipal de Lagos, não tem por hábito votar a admissão de documentos para discussão, levando todos os documentos entregues na Mesa a discussão, situação que pode causar alguns constrangimentos que têm que ser ultrapassadas com o acordo entre todos os Grupos Municipais. Informou que ia remeter este assunto para a Comissão Permanente para que fosse clarificado de uma vez por todas, passando a escrito uma regra que regulará esta situação e que os dois documentos apresentado pelo PS, não iriam ser votados.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que a Bancada do PSD comungava da opinião que Sr. Presidente da Mesa muito bem explanou perante o Plenário. Lembrou ainda que qualquer Grupo Municipal, desde que cumpra os prazos, também pode sugerir assuntos a incluir na Ordem do Dia.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) manifestou o desagrado da Bancada do PS, por não serem aceites os dois documentos apresentados por este Grupo. Concordando com o que o Sr. Presidente da Mesa disse, acrescentou que a partir da próxima Assembleia é que se devia tomar em consideração o proposto, depois do assunto ser discutido na Comissão Permanente.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) disse que aceitava a posição do PS, mas o que estava combinado era os documentos darem entrada nos Serviços previamente, o que não se verificou com os documentos do PS. Dado haver discordância por parte das Bancadas, a Mesa tem o entendimento já mencionado.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) leu a seguinte Saudação: “O 1º de Maio, dia Internacional do trabalhador é comemorado um pouco por todo o mundo desde 1889, assinalando os trágicos acontecimentos de Chicago, 3 anos antes. Embora nunca tenha deixado de ser assinalado, em Portugal, só no pós 25 de Abril as



Fl. 31v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

comemorações atingiram o significado de luta e festa que todos conhecemos. Em resultado da acção dos trabalhadores e dos seus sindicatos, alcançaram-se conquistas laborais e sociais que produziram alterações muito significativas nas relações de trabalho e que constituem, hoje, um património civilizacional e uma das referências mais caracterizadoras das sociedades democráticas. O respeito por quem trabalha e a justa dignificação do trabalho, um salário digno, um horário que assegure a conciliação entre a vida familiar e a profissional, condições de segurança, higiene e saúde no trabalho, respeito pelos contratos colectivos e direitos consagrados numa sociedade de bem-estar, continuam a ser anseios dos trabalhadores e das suas famílias. Continuam a ser objectivos de luta na festa do 1º de Maio! O conjunto de propostas de alteração ao Código do Trabalho apresentadas pelo Governo vai ao encontro das piores recomendações contidas no Livro Branco das Relações Laborais e confirma um passo adiante no ataque aos direitos dos trabalhadores, designadamente a facilitação dos despedimentos sem justa causa, o alargamento dos horários de trabalho, o não pagamento do trabalho suplementar e a redução de outros direitos dos trabalhadores como introdução da flexisegurança e o ataque à contratação colectiva. Quanto às chamadas medidas de combate à precariedade, seja relativamente aos chamados recibos verdes, seja em relação aos contratos a termo, são no essencial a legitimação e mesmo a legalização da precariedade e a abertura de uma linha de financiamento das empresas a pretexto do incentivo para a contratação sem termo. Em vez de uma legislação de protecção dos trabalhadores, que institua o princípio que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho efectivo, o Governo mantém todas as formas de trabalho precário e cria novas figuras jurídicas para o seu enquadramento. As alterações nas licenças e apoios de maternidade e paternidade, parte delas, aliás, já anunciadas, quando o Governo avança com critérios em relação aos horários de trabalho que arrasam qualquer possibilidade de compatibilização da vida profissional com a vida pessoal e a vida familiar, em particular de apoio aos filhos, não passam de uma mistificação. Apesar deste contexto difícil, os trabalhadores já demonstraram que têm força e vontade para continuar a exigir mudanças que respeitem quem trabalha. E assim farão mais uma vez no próximo dia 1º de Maio.”-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) perguntou à Mesa se esta tinha conhecimento de que o PS iria apresentar dois documentos para discussão e votação, uma vez que o Sr. Presidente da Mesa não os anunciou no início do Período Antes da Ordem do Dia como fez com os documentos da CDU.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) esclareceu que os documentos não tinham sido entregues na Mesa no início do Período Antes da Ordem do Dia.---

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) leu a seguinte Declaração: “O lançamento no passado dia 22 de Marco do novo sistema de transportes públicos urbanos de Lagos, serviço denominado "A ONDA", constitui um indelével marco na promoção do desenvolvimento sustentável do Município, que produzira, com forte preocupação e consciência ambiental, efeitos multiplicadores na coesão social e territorial do Concelho. Considerando a abrangência e pendor inclusivo subjacente ao serviço



d' "A ONDA", que serve, com 7 novas linhas e novas paragens, a cidade de Lagos, zonas balneares, aglomerados urbanos e rurais de todas as Freguesias do Concelho; Considerando que o serviço se destina e procura satisfazer as necessidades de toda a população, mormente a residente, a estudantil, a trabalhadora e profissional bem como a flutuante e turística, cumprindo na íntegra a sua missão de interesse público; Considerando a política de preços adoptada para os diferentes utilizadores d' "A ONDA", com novos e substancialmente reduzidos tarifários, sobressaindo o cariz social do desconto de 50 por cento no preço dos passes mensais para a 3ª idade, estudantes e pessoas com deficiência, assumindo-se também por este facto como um serviço de interesse geral; Considerando que todo o serviço é operacionalizado por uma frota constituída por 11 novos e modernos autocarros, de diferentes dimensões e lotações, que estão preparados com plataformas de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, e proporcionam a todos os utilizadores do serviço elevados níveis de conforto e bem-estar; Considerando o período de funcionamento do serviço de transportes, com a disponibilização de autocarros em diferentes horários e com uma maior frequência destes, ao longo dos 7 dias da semana, das 07 as 20h; Considerando que todas as viaturas cumprem as exigências europeias em termos ambientais (Norma Euro IV), com baixos índices de emissão poluentes e motores silenciosos, e que aliado com medidas e acções autárquicas e intrínseco ao próprio serviço a promoção e incentivo do uso do transporte público colectivo pelos cidadãos em detrimento do uso do automóvel particular, agregam-se um conjunto de premissas essenciais para a obtenção de vantagens ambientais significativas; Considerando que com a implementação do presente serviço de transportes públicos urbanos, que na sua essência visa uma mobilidade sustentável, também se consolida todo o planeamento de expansão e crescimento do Município e que por via do mesmo se materializa o bom exercício das atribuições da Câmara Municipal de Lagos nos domínios dos transportes, ambiente, ordenamento do território e promoção do desenvolvimento socioeconómico; O Grupo Municipal do Partido Socialista congratula a Câmara Municipal de Lagos pela implementação do serviço de transportes públicos urbanos de Lagos, denominado "A ONDA".-----
-----Leu ainda a seguinte Declaração: "O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lagos, congratulando-se pela ratificação parlamentar do histórico "Tratado de Lisboa", propõe que a Assembleia Municipal de Lagos aprove a seguinte moção. O Tratado de Lisboa é uma vitória da Europa e dos valores europeus, designadamente, a vinculação aos direitos humanos, a Paz e ao desenvolvimento, a valorização dos direitos sociais, a preocupação com a coesão, a ênfase na dimensão social da economia e o aprofundamento da democracia. O ponto essencial é que se trata de uma vitória da Europa e uma aproximação sem paralelo, em período de Paz, na sua História. Este tratado reforça as noções de cidadania europeia, melhora a arquitectura institucional e o processo de decisão no interior da União e valoriza o papel da Europa no mundo. É também um motivo de grande satisfação, quer para os Portugueses, quer para os Algarvios em especial, dada o grande cosmopolitismo desta Região, que tenha sido a nossa presidência da União a levar a bom porto este compromisso e que o novo Tratado da União leve o



Fl. 32v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

nome de Lisboa. Congratulamo-nos por a Carta dos Direitos Fundamentais passar a ter valor jurídico, idêntico aos tratados, significando, na prática, a fundação da cidadania europeia. E nesses direitos fundamentais incluem-se os direitos, liberdades e garantias individuais, e também, da maior relevância, os direitos sociais. A cidadania europeia funda-se naquilo que foi desde sempre a visão, por nós defendida, do modelo social europeu, constituindo uma das maiores conquistas do tratado. É com alegria que verificamos que o objectivo central da reforma vai reduzir a distância entre as instituições europeias e os cidadãos europeus. O Tratado de Lisboa dá várias soluções a esta preocupação: aumenta o papel do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, consagra o direito de os cidadãos dirigirem a Comissão Europeia propostas de iniciativa legislativa e consagra o princípio da democracia participativa. A melhoria do processo de decisão, através do aumento do número de matérias que são adoptadas por maioria qualificada e a mudança do método de cálculo desta maioria, a alteração na composição da Comissão, a criação do cargo de Presidente do Conselho Europeu com mandatos de dois anos e meio, entre outras, são medidas destinadas a tornar mais eficazes as instituições e as decisões da União. O terceiro grande sinal do Tratado de Lisboa é o fortalecimento da Europa como actor principal do mundo actual. A criação do cargo de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, a formação do Serviço Europeu para a Acção Externa e a cooperação estruturada em matéria de política de defesa, todos são instrumentos para que a Europa tenha maior capacidade de afirmação no quadro político mundial. O mundo tem necessidade da Europa e dos seus valores humanistas. Compete à Europa liderar o debate e a acção nas questões que são determinantes para o nosso futuro global, como a promoção da liberdade, da segurança e da justiça, como o crescimento económico e do emprego e o progresso social, ou como o combate às alterações climáticas e a conservação do ambiente, passando pela defesa da solução pacífica dos conflitos, o multilateralismo, o sentido de negociação e compromisso pelo bem comum. Por tudo isto, o Grupo do Partido Socialista congratula-se e saúda a ratificação parlamentar do Tratado de Lisboa pela Assembleia da República Portuguesa, em 23 de Abril de 2008.”-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 14 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 33 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Não participou nesta votação por não estar presente na sala o Sr. António Correia (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João).-----

-----**PONTO 1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2007:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Deputados Municipais da Assembleia que a



requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D - 460-10.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) começou por referir a qualidade, em termos de forma e apresentação, dos documentos em discussão, que se tratam de documentos técnicos e narrativos. Disse que não ficava mal que fossem avaliadas algumas acções nestes documentos. Referiu que o PSD considera o grau de execução do PPI, cerca de 55%, baixo e que os orçamentos devem ser feitos o mais próximo da realidade possível e não uma forma de empolar as receitas para poder contemplar em Plano e Orçamento, determinadas acções que se sabe à partida que não vão ser concretizados. Fez ainda referência ao peso do aumento das despesas correntes nas despesas totais. Disse que o reforço do auto-financiamento é um objectivo do Executivo, mas não é dito à custa do quê se consegue esse reforço. Referiu que, aparentemente, o município goza de uma boa situação financeira, mas isso deve-se ao esforço dos munícipes e das empresas. Disse ainda que a base agora é o auto-financiamento, sendo isso muito criticado desde há uns anos atrás.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) congratulou o documento apresentado. Sobre a parte financeira disse que os rácios demonstram uma situação financeira muito segura da Câmara Municipal. Em relação ao auto-financiamento disse que sem o recurso a este meio era complicado fazer o quer que seja, uma vez que as receitas vindas sem ser do auto-financiamento diminuíram. Disse ainda que os documentos provam a boa opção que foi a criação das Empresas Municipais.-----

-----O Sr. José Joaquim Reis (PSD) disse que a conclusão tirada em relação às Empresas Municipais, não pode ser vista como o foi, uma vez que se está a tirar de um lado para colocar noutro. Disse que a margem com que a Câmara trabalha à custa dos cidadãos é excessivamente alta, não sabendo a Câmara trabalhar com margens mais apertadas.-----

-----O Sr. Hugo Pereira (PS) disse que não concorda com a palavra “aparentemente”, em relação à boa saúde financeira do Município, uma vez que as contas são, desde 2007, certificadas, o que transforma o “aparente” em efectivo.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que analisados os números, a Câmara devia, o mais breve possível, aliviar os contributos que a Câmara Municipal pede aos cidadãos, todos os anos.-----

-----O Sr. Fernando Soares (PSD) disse que se lhe levantava uma dúvida em relação aos números que era: estão-se a arrecadar receitas para quê? Quais são os grandes planos do futuro?-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o “disco” de que “a situação financeira da Câmara Municipal é boa à custa da pobreza dos munícipes e das empresas de Lagos”, “aposta-se no aumento das receitas e não se liga às despesas”, “temos elevadas taxas municipais”, deixam de ter razão de ser com uma leitura atenta dos documentos apresentados. Disse que a receita que tem subido mais nos últimos anos é a do IMT, o que significa que o território de Lagos é competitivo, onde as pessoas compram, apesar do produto ser um dos mais caros



Fl. 33v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

do Algarve. Em relação ao IMI disse que a taxa tinha sido reduzida, por isso não têm sido os munícipes e as empresas que têm sido os mais penalizados. Esclareceu que o Plano Plurianual é um instrumento político. Referiu ainda que este Executivo não tem vendido património mas adquirido património, contudo em qualquer altura pode ver-se obrigado a vender algum património. Referiu que a despesa foi reduzida, ao contrário do que foi dito pelo PSD.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) afirmou que o Sr. Presidente tinha dito que não tinha vendido património, mas vendeu. Em relação ao IMT disse que a situação, a nível internacional, traz alguma preocupação em relação à manutenção de tal receita. Sobre o IMI disse que realmente Lagos é uma das zonas mais caras do Algarve, mas é para todos. Disse que o PPI quando é apresentado, deve-o ser na medida de preencher as expectativas da população, que elegeu o actual Executivo, no sentido de ver no documento os investimentos mais positivos que as pessoas esperam, por isso acha 55% uma percentagem baixa de execução do Plano. Disse que as propostas do PSD têm sido apresentadas na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, no sentido de promover um concelho mais justo, um concelho com mais qualidade e um concelho que, principalmente, não seja o mais caro do Algarve. Disse que actualmente o facto de Lagos ser o mais caro do Algarve, faz com que a maior parte dos lacobrigenses não consiga comprar casa em Lagos.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) sugeriu à Bancada do PSD que lesse a página 40 do documento apresentado pela Câmara Municipal. Referiu que o PS se congratula com tudo o que está mencionado na mencionada página.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) agradeceu a sugestão do Sr. Paulo Jorge Reis, mas esclareceu que estava a falar de outras situações que não estavam contidas na página 40 do documento em discussão.-----

-----Posto isto foi submetido à votação o **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES REFERENTE AO ANO 2007**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	7	2	1	10
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim o Relatório de Actividades referente ao ano 2007 foi aprovado por maioria.-----

-----De seguida foi submetida à votação a **CONTA DE GERÊNCIA REFERENTE AO ANO 2007**, que obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	7	2	1	10
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0

-----Assim a Conta de Gerência referente ao ano 2007 foi aprovada por maioria.----



-----**PONTO 2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-460-11.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere), em nome dos Odiaxerenses, congratulou-se e agradeceu pelo facto dos caminhos do Vale da Igreja e da Quinta Queimada/Caliças estarem a ser asfaltados; pelo arranjo da estrada do Pinheiral; pela iluminação do Picadeiro e pelo facto de ver, em fase de adjudicação, o asfaltamento de algumas ruas das quatro Freguesias rurais do Concelho. Em relação à Onda sugeriu que a linha que serve Odiáxere, chegue, pelo menos duas vezes por dia, ao Vale da Lama e a Arão. Perguntou qual o ponto da situação relativamente ao Largo dos Passarinhos. Sugeriu que a recolha de monos e de verdes fosse melhor sincronizada. Referiu que o pontão romano continua sem sofrer qualquer intervenção. Perguntou qual o ponto da situação do Plano de Urbanização de Odiáxere.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) felicitou a Câmara pelo Acordo de Cooperação assinado com o município de Gorée, no Senegal. Perguntou se havia desenvolvimentos em relação à aquisição do edifício do Mercado dos Escravos e se era para manter o encerramento da Biblioteca Municipal em Agosto. Referindo-se ao Museu, quis deixar a posição do PSD sobre o mesmo, dizendo que o Museu, actualmente, disponibiliza pouco espólio a quem o visita. Sobre a Onda, disse que se estava numa fase de aprendizagem, existindo uma série de situações que, presume, a Câmara Municipal tem vindo a acompanhar e que, certamente, irá reestruturar algumas situações, tendo solicitada a opinião da Câmara Municipal sobre este assunto. Em relação ao novo horário de funcionamento e atendimento dos Serviços da Câmara Municipal, apesar de ser recente, perguntou se a Câmara já tinha dados sobre se o número de atendimentos e se tinha aumentado o prazo de resposta dos Serviços tinha reduzido. Disse que alguns convites para iniciativas camarárias têm sido recebidos depois da realização do evento. Solicitou a informação técnica sobre o IMI – actualização do zonamento apresentada em reunião de Câmara de 19/03/2008. Disse que não percebia a razão pela qual os Vereadores do PSD não são convidados para determinadas reuniões e eventos, não honrando o espírito socialista ou democrático.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou qual o ponto da situação em relação ao PDM, ao Aeroporto do Barlavento e ao processo desenvolvido pela Associação de Municípios Ria de Alvor, para a classificação da Ria de Alvor. Disse que a informação da Câmara aos munícipes está muito atrasada, causando alguns transtornos. Sobre o horário da Câmara disse que o anterior tinha sido deliberado pela Câmara Municipal, situação que não se verificou com o novo horário de funcionamento. Acrescentou que a Câmara Municipal não tem estado a aproveitar os seus técnicos para fazer diversos estudos, feitos por entidades exteriores, como foi o do novo horário da Câmara Municipal.-----



Fl. 34v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que no passado dia 30 de Março decorreu a sétima edição da Grande Prova de Odiáxere em Atletismo, organizada pela Câmara Municipal de Lagos, tendo estranhado a não presença de um representante da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Odiáxere. Consta uma grande quebra nas obras adjudicadas, tendo notado que a maior parte das adjudicadas são para ser feitas em Odiáxere. Perguntou que tipo de intervenção ia ser feita no edifício sito na Rua Prof. Luís de Azevedo números 35 e 37, no valor de 142.548,06€. Disse que a Câmara Municipal continua a fazer desinfestações, no entanto as pessoas continuam a queixar-se do elevado número de ratos existentes no Concelho. Referiu que a saúde em Lagos tem vindo a piorar desde que alguns serviços foram encerrados, sendo que o Hospital Privado não trouxe melhorias na prestação de cuidados de saúde às populações da Terras do Infante. Sugeriu que fossem feitos acordos de cooperação entre a ARS e o Hospital Privado no sentido de melhorar estes cuidados de saúde prestados às populações.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) perguntou se estava prevista alguma intervenção, para breve, no cruzamento junto ao Hospital Privado, uma vez que se verificam muitos acidentes no local. Disse que, dada à alteração do trânsito junto à Escola EB 2, 3 nº1, por motivo das obras do novo Edifício da Câmara Municipal, muito trânsito passa na Rua Pallos de La Fronteira; uma vez que o piso desta artéria não se encontra no melhor estado, chamou à atenção da Câmara Municipal para esse facto. Disse que o Colóquio – Lagos Mais Voluntário, organizado pela Câmara Municipal, no passado dia 14 de Abril, teve bastante interesse.-----

-----A Sra. Maria Brites Nunes (CDU) solicitou informação relativamente às reuniões havidas entre a Câmara Municipal e a ARS Algarve, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, a AREAL e a ARH Algarve.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) referindo-se à sétima edição da Grande Prova de Odiáxere em Atletismo, esclareceu que, por coincidência, nesse dia o Executivo da Junta de Freguesia de Odiáxere estava ausente do Concelho, uma vez que estava a participar no Congresso da ANAFRE, juntamente com o Presidente da Assembleia de Freguesia e com o Sr. Vereador Marreiros, convidado pela Junta de Freguesia. Informou ainda que a Junta de Freguesia só pagou a viagem a dois Membros da Junta, como diz a Lei, tendo as restantes pessoas pago as suas próprias deslocações.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) em relação à última informação prestada pelo anterior orador, disse que se o Sr. Vereador Marreiros se deslocou ao Congresso da ANAFRE em representação do município, devia a Câmara Municipal assumir essa deslocação. Sobre a queixa apresentada pela Câmara Municipal contra o Arquitecto Veloso, perguntou em que qualidade é que a Câmara fez a queixa crime e com que fundamento.-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que tinha lamentado o facto de não estar ninguém a representar a Junta de Freguesia de Odiáxere e da Câmara Municipal na entrega de prémios da sétima edição da Grande Prova de Odiáxere em Atletismo,



não tinha criticado ninguém, mas existem mais Membros da Assembleia de Freguesia que podiam ter estado presentes, assim como a Câmara podia ter-se feito representar.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Jorge Serpa, em relação à não presença de um representante da Câmara Municipal na sétima edição da Grande Prova de Odiáxere em Atletismo, disse que se efectuaram várias iniciativas em simultâneo e não foi possível estar alguém presente na entrega de prémios da prova. Informou que a Onda se encontra numa fase de necessários acertos e necessária aprendizagem.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, António Marreiros, informou que o Largo dos Passarinhos não tinha projecto, mas já o tem e que será uma obra a iniciar-se ainda durante 2008. Em relação à recolha de monos e de verdes disse que graças a uma parceria entre a Junta de Freguesia de Odiáxere e a Câmara Municipal, esta Freguesia está mais ordenada em relação a estas recolhas. Em relação ao Pontão Romano disse que estava feito o estudo prévio e que iria avançar o projecto definitivo. Sobre as obras adjudicadas, referidas na Informação disse que as mesmas são as que foram adjudicadas desde Janeiro de 2008. Em relação à obra no edifício da Rua Prof. Luís Azevedo, esclareceu que a mesma constava de melhoramentos. Sobre as desinfestações disse que o actual concurso está a terminar e irá ser feita uma avaliação dos serviços prestados. Referindo-se ao cruzamento do Hospital Privado, informou de que estava adjudicada a construção de uma rotunda entre a Avenida D. Sebastião e a Rua D. Manuel I, entre outras soluções para a zona. Informou que a AREAL está a fazer a Carta Energética de todo o Concelho. Sobre a reunião com a CCDR informou que a mesma teve a ver com as obras na Meia Praia, o enchimento da D. Ana e obras na Ponta da Piedade, no fundo preparar candidaturas ao QREN para desenvolver estes projectos.-----

-----A Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, referiu que alguns equipamentos da Câmara Municipal encerram por um mês para obras de manutenção, sendo Agosto o mês em que encerra a Biblioteca Municipal, acompanhando as férias das escolas. Em relação ao espólio do Museu, disse que o Museu tem o espólio que tem e que algum é retirado para fazer algum restauro e manutenção.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso informou que o Plano de Urbanização de Odiáxere tinha uma proposta final, estando os técnicos municipais a apreciá-la. Sobre o PDM disse que já tinha sido presente à CCDR uma versão que já foi alvo de apreciação estando o documento actualmente a ser reapreciado pela equipa que o elaborou, no sentido de introduzir algumas instruções emanadas pela CCDR. Acrescentou que um dos objectivos do Director do DPGU é que todos os Planos que estejam em curso sejam aprovados até ao fim de 2008. Informou de que está tudo encaminhado para que o Mercado dos Escravos retorne ao Município, aproveitando para informar que já há autorização para que a Câmara tome posse do Forte da Meia Praia. Em relação ao novo horário de funcionamento da Câmara Municipal, disse que ainda é cedo para fazer qualquer balanço. Em relação ao atraso dos Convites, esclareceu que os atrasos não são só dos serviços, por vezes há atraso



Fl. 35v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

ao nível dos correios. Sobre as informações aos munícipes referiu que as mesmas são dadas no momento que acham oportuno, razoável e de acordo com a disponibilidade dos serviços de informação. Reafirmou que a Câmara tem bons técnicos mas não conseguem dar resposta a todas as solicitações. Afirmou que os Vereadores do PSD têm o seu lugar próprio nos momentos em que ocorrem actos que se prendem com as suas competências municipais, em actos de gestão do dia-a-dia não deve ser muito agradável estar a acompanhá-los uma vez que não têm pelouros. Informou que os horários dos funcionários da Câmara são uma competência do Presidente da Câmara. Em relação à Onda referiu que este processo está no início, mas muitas zonas do Concelho ainda irão ser abrangidas pelos novos transportes públicos de Lagos. Disse que o aeroporto do Barlavento é um projecto que está a ser desenvolvido no âmbito da Associação de Municípios Ria de Alvor. Sobre a Ria de Alvor disse que está a ser desenvolvido um estudo para classificar a Ria de Alvor como paisagem protegida. Sobre as reuniões relacionadas com a Saúde disse que as mesmas tiveram como objectivo passar em revista a situação do Hospital de Lagos, tal como está, garantir o serviço de urgência básica do Hospital de Lagos, tendo a Câmara acolhido respostas satisfatórias tanto da ARS como do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio. Referiu que foi registada uma grande carência de médicos em Lagos, a nível do Centro de Saúde e que a solução para uma melhor prestação de cuidados de saúde passa pela realocação do Hospital de Lagos. Em relação ao Hospital de S. Gonçalo disse que é da opinião de que o mesmo devia servir as populações abrangidas pelo Sistema Nacional de Saúde, não sendo esta a visão do Governo e da ARS Algarve, apesar desta hipótese não estar completamente excluída; acrescentou que algumas camas vagas no Hospital de S. Gonçalo irão integrar a rede de cuidados continuados. Informou que a queixa apresentada pela Câmara Municipal contra o Arquitecto Veloso resultou da actuação insultuosa e susceptível de constituir crime, por parte do cidadão mencionado, assim considerada pelo Presidente da Câmara.-----

-----O Sr. José Mariano (IND) disse que, assim como o Sr. Vereador Jorge Serpa não pode estar em dois eventos ao mesmo tempo, ele também não pode adivinhar que este está noutro evento. Esclareceu que não tinha criticado o facto de virem poucas obras adjudicadas na Informação do Sr. Presidente, apenas constatou esse facto porque normalmente vêm muitas mais. Afirmou que os contentores de lixo à superfície estão obsoletos, precisando de manutenção.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) perguntou que medidas a Câmara tem tomado em relação ao “gravoso atentado ambiental”, como refere a Junta de Freguesia de Bensafim, que se verifica no Monte da Candeeirinha. Disse que é frequente ouvir-se falar do Plano Estratégico de Lagos, por isso perguntou quando é que este Plano estaria pronto para vir à Assembleia Municipal. Perguntou quais foram os critérios de instalação dos aparelhos de controlo biométrico digital nos serviços da Câmara, uma vez que tem conhecimento de locais com um ou dois funcionários que têm o aparelho e outros com mais que não o têm; acrescentou que para este sistema da assiduidade funcionar bem tem que funcionar em rede por isso perguntou se os edifícios da Câmara já estão todos ligados em rede.-----



-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, em relação à Herdade da Candeeirinha disse que a Assembleia Municipal tinha declarado o projecto, em termos económicos e em termos da sua validade territorial, como de interesse municipal, tendo a Câmara Municipal apoiado o promotor do projecto em diversas passagens, nomeadamente para o reconhecimento de interesse público, mas só muito recentemente é que o processo começou a correr a sua fase de licenciamento no município de uma forma deficiente, por isso tudo o que se está a desenvolver no terreno é ilegal e contraria todas as regras e por isso a Câmara tem agido em conformidade. Sobre o Plano Estratégico de Lagos, disse que todos os Deputados Municipais têm um exemplar e um dia destes a Câmara trará o assunto à Assembleia Municipal. Disse que não conhecia os critérios de instalação dos aparelhos de controlo biométrico digital e perguntou qual o sítio que só tem um ou dois funcionários e tem um equipamento e os locais onde fazem falta mais equipamentos. Informou que a maior parte dos edifícios estão já ligados em rede.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que o local onde só há um funcionário e tem equipamento é o CLAI e os locais que não têm equipamento e têm mais funcionários são as escolas.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, esclareceu que as escolas não estão sujeitas a este sistema, por terem um horário diferenciado.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que no seu local de trabalho há horários diferenciados e há controlo na mesma.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, esclareceu que a sua situação esta situação será contemplada.-----

-----**PONTO 3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROCESSO Nº 1/SPM/08 – DESAFECTAÇÃO, AFECTAÇÃO E DESANEXAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO SITAS NA MEIA PRAIA – UOPG2 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 19/88 – RECTIFICAÇÃO:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-460-12.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução ao assunto.-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi o **PROCESSO Nº 1/SPM/08 – DESAFECTAÇÃO, AFECTAÇÃO E DESANEXAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO SITAS NA MEIA PRAIA – UOPG2 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 19/88 – RECTIFICAÇÃO**, colocado à votação, tendo o mesmo obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	IND	TOTAL
VOTOS A FAVOR	16	0	0	0	16
ABSTENÇÕES	0	0	2	1	3
VOTOS CONTRA	0	7	0	0	7

-----Assim foi rectificada, por maioria, a deliberação tomada na 1ª Reunião da sua Sessão Ordinária de Fevereiro/2008, realizada a 25/02/2008, sobre a Desafecção,



Fl. 36v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Afectação e Desanexação de Parcelas de Terreno sitas na Meia Praia – UOPG2 – Alteração ao Alvará de Loteamento nº 19/88. Assim, onde se lê: “P25, com a área de 1 400 m², que confronta do Norte com percursos e lote 65, do Sul e Nascente com percursos e do Poente com percursos e lote 64, proveniente do lote 65 e destinada a percursos - valor de 24 738,00€ (vinte e quatro mil e setecentos e trinta e oito euros)”, deverá ler-se: “P25, com a área de 1 900 m², que confronta do Norte com percursos e lote 65, do Sul e Nascente com percursos e do Poente com percursos e lote 64, proveniente do lote 65 e destinada a percursos - valor de 33 573,00€ (trinta e três mil e quinhentos e setenta e três euros)”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma devotação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 1 hora e 3 minutos, da madrugada do dia 29 de Abril, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....
.....,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....
.....
